PLANO DE DADOS ABERTOS
DO ARQUIVO NACIONAL (PDA/AN)

Agosto/2022 - Agosto/2024

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
E SEGURANÇA PÚBLICA

ARQUIVO NACIONAL

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
ARQUIVO NACIONAL

PLANO DE DADOS ABERTOS DO ARQUIVO NACIONAL (PDA/AN)

AGOSTO/2022 – AGOSTO/2024

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
E SEGURANÇA PÚBLICA
ARQUIVO NACIONAL

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 04

1. INTRODUÇÃO 05
2. CENÁRIO 07
3. OBJETIVOS 09
4. DEFINIÇÃO DOS DADOS A SEREM ABERTOS 10
5. ESTRATÉGIAS PARA ABERTURA 11
6. CATALOGAÇÃO NO PORTAL DE DADOS ABERTOS 12
7. SUSTENTAÇÃO 12
8. MONITORAMENTO E CONTROLE 13
9. CRONOGRAMA DE ELABORAÇÃO E SUSTENTAÇÃO DO PDA 17
10. CRONOGRAMA DE ABERTURA DE BASES DE DADOS 18
11. CRONOGRAMA DE MECANISMOS PARA PROMOÇÃO, FOMENTO, USO, REÚSO DAS BASES 19

APRESENTAÇÃO

O Arquivo Nacional (AN), órgão integrante do Ministério da Justiça e Segurança Pública e órgão central do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos (SIGA), da administração pública federal, apresenta, por meio deste documento, a publicação do seu Plano de Dados Abertos – PDA para o biênio 2022-2024, em atendimento ao Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016, que institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal e, ainda, conforme os ditames da Resolução nº 3, de 13 de outubro de 2017, do Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos – CGINDA, que aprova as normas sobre elaboração e publicação de Planos de Dados Abertos, conforme disposto no Decreto nº 8.777/2016, e da Portaria nº 02, de 28 de janeiro de 2022, do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP, que instituiu o Sistema de Governança do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Esta edição do PDA visa ao aprimoramento da cultura de transparência pública no Arquivo Nacional, por meio da disponibilização de novos conjuntos de dados contidos nas suas bases de dados, sob a forma de dados abertos, a fim de franquear aos cidadãos o acesso aos dados produzidos, desde que não apresentem restrição legal de acesso. Para tanto, o PDA apresenta orientações sobre as ações de implementação e promoção de abertura de dados, obedecendo a padrões adequados de qualidade, a fim de facilitar o entendimento e a reutilização das informações, conforme diretrizes da Portaria nº02, de 28 de janeiro de 2022.
O presente documento foi produzido a partir de subsídios oferecidos pelo Grupo de Trabalho sobre Dados Abertos (GT Dados Abertos), instituído pela Portaria AN nº 242, de 2 de outubro de 2020. As informações referentes ao processo de elaboração do PDA do Arquivo Nacional estão registradas no processo SEI-AN nº 08227.001193/2020-25.

Para a elaboração do PDA, foi necessário indicar os conjuntos de dados a serem disponibilizados, por meio da metodologia definida pelo GT Dados Abertos, o que compreendeu a produção de um inventário das bases de dados do AN, submetido às Coordenações-Gerais para identificação dos conjuntos de dados passíveis de disponibilização. Para priorização dos dados, foi analisado o grau de relevância das informações em cumprimento das políticas públicas e o interesse social manifestado na Consulta Pública realizada, prezando-se, assim, pela transparência pública.

Cabe destacar, ainda, que no PDA estão definidas as estratégias a serem adotadas para abertura, sustentação, monitoramento e planejamento das ações, com o objetivo de promover o uso de conjuntos de dados produzidos, em formato aberto, e de forma a facilitar o reúso pela sociedade. A periodicidade deste documento é bienal (2022-2024), e suas edições e alterações serão publicadas no sítio eletrônico do Arquivo Nacional (https://www.gov.br/arquivonacional) e no Portal Brasileiro de Dados Abertos (https://dados.gov.br).

1. INTRODUÇÃO

Por meio do Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016, foi instituída a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal, com o objetivo de promover a publicação de dados contidos em bases de dados de órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional sob a forma de dados abertos. Buscou-se, com isso, franquear aos cidadãos o acesso, de forma aberta, aos dados produzidos ou acumulados pelo Poder Executivo federal, respeitadas as eventuais restrições legais de acesso.

Nesse contexto, o Arquivo Nacional publicou seu primeiro PDA, referente ao biênio 2017-2019, que foi elaborado pelo Comitê de Dados Abertos do Arquivo Nacional, instituído pela Portaria AN nº 262, de 13 de junho de 2017. Primando em atender as diretrizes para ações de contínua ampliação e aprimoramento da transparência das informações produzidas, o Arquivo Nacional busca, agora, publicar o seu PDA para o biênio 2022-2024, a partir dos subsídios elaborados de forma colaborativa pelos integrantes do Grupo de Trabalho sobre Dados Abertos (GT Dados Abertos), instituído pela Portaria AN nº 242, de 2 de outubro de 2020.

As leis e demais normativas vigentes, que fundamentaram a elaboração do PDA 2017-2019, foram reconsiderados na publicação do PDA para biênio 2022-2024, respeitando-se as novas diretrizes estabelecidas:

- Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que, em seu art. 48, determina ao Poder Público a adoção de instrumentos de transparência na gestão fiscal em meios eletrônicos de acesso público às informações orçamentárias e prestações de contas;

- Decreto Presidencial nº 6.666, de 27 de novembro de 2008, que institui a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE e determina que o compartilhamento e disseminação dos dados geoespaciais e seus metadados é obrigatório para todos os órgãos e entidades do Poder Executivo federal, salvos os protegidos por sigilo;

- Instrução Normativa nº 4 de 13 de abril de 2012, que cria a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos – INDA, e estabelece conceitos referentes a: dado, informação, dado público, formato aberto, licença aberta, dados abertos e metadado;

- Plano de Ação da INDA, que define a necessidade de os órgãos instituírem seus respectivos Planos de Abertura de Dados com vistas a uma Política Nacional de Dados Abertos e estabeleceu os elementos mínimos do documento, bem como orienta que a abertura de dados deve observar a relevância para o cidadão;

- Parceria para Governo Aberto (*Open Government Partnership* –OGP), celebrada em setembro de 2011 entre Brasil e sete outros países. Em 2021, o Brasil publicou o seu 5º Plano de Ação Nacional em Governo Aberto;

- Parâmetros estabelecidos na arquitetura de interoperabilidade do governo eletrônico (e-PING), e os vocabulários e ontologias de Governo Eletrônico e-VoG e e-MAG – Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico (instituído pela Portaria SLTI/MPDG nº 3, de 7 de maio de 2007);

- Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), que regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e

no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências;

- Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, que regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;
- Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016, que institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal;
- Resolução nº 3, de 13 de outubro de 2017, do CGINDA, que aprova as normas sobre elaboração e publicação de Planos de Dados Abertos, conforme disposto no Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016.
- Decreto nº 9.903, de 8 de julho de 2019, que altera o Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016, que institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal, para dispor sobre a gestão e os direitos de uso de dados abertos.
- Decreto nº 10.160, de 9 de dezembro de 2019, que revoga o Decreto s/nº de 15 de setembro de 2011, e instituiu a Política Nacional de Governo Aberto e o Comitê Interministerial de Governo Aberto;
- Portaria nº 02, de janeiro de 28 de janeiro de 2022, que institui, no âmbito do Ministério da Justiça, o Sistema de Governança do Ministério da Justiça e Segurança Pública. . Em particular, foram de interesse os ditames do Capítulo IV, Anexo XII, que dispõe sobre os planos de dados abertos no âmbito do Ministério;
- Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020, que revogou o Decreto nº 8.638, de 15 de janeiro de 2016, e instituiu a Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2022, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.
- Portaria nº 615, de 23 de novembro de 2020, que aprova o Plano de Dados Abertos do Ministério da Justiça e Segurança Pública, para o biênio 2020/2021, sendo necessário que o PDA do Arquivo Nacional esteja em conformidade com o PDA do Ministério, conforme determina o parágrafo único do art. 1º da mencionada portaria.
- Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021, dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública e altera a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), a Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, e a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017.

As diretrizes contidas nas normas acima mencionadas orientam a transparência das informações produzidas pelo Poder Público, por meio da contínua ampliação e aprimoramento da Política de Dados Abertos. Assim sendo, o PDA do Arquivo Nacional será o instrumento de planejamento e coordenação das ações de disponibilização de dados abertos institucionais para o biênio 2022-2024. Ele apresenta os objetivos a serem alcançados, a metodologia para a definição dos dados a serem abertos e catalogação no Portal de Dados Abertos, os canais de comunicação para manifestações do cidadão e o plano de ação com as informações sobre a abertura das bases.

Da mesma forma, o PDA será atualizado periodicamente, conforme previsto no §2º do art. 28 do Anexo XII da Portaria nº 02, de 28 de janeiro de 2022, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, de forma a ser constantemente aperfeiçoado e a atender às futuras necessidades da sociedade e do Estado, permitindo ampliar a transparência das ações do Arquivo Nacional pelo uso de suas bases de dados de forma aberta. Em particular, os Anexos I e II do presente PDA, que apresentam, respectivamente, informações sobre as bases de dados abertas e sobre a avaliação do Arquivo Nacional no painel de dados da CGU passarão por atualização semestral.

2. CENÁRIO

O tema "dados abertos" tem ganhado destaque e relevância no cenário institucional das organizações de governo federal, uma vez que pode contribuir de forma significativa, no desenvolvimento e na realização das atividades do órgão. Além disso, representa requisito indispensável para a disponibilização e a transparência das informações.
O movimento por dados abertos defende a criação de um 'ecossistema' fundamentado no acesso a dados, que possibilite a participação da sociedade no desenvolvimento de um Estado mais eficiente, com oferta de melhores serviços, e fazendo amplo uso de tecnologias.

O estabelecimento da Parceria para Governo Aberto (*Open Government Partnership –OGPI)*, coliderada, quando de seu lançamento, pelo Brasil e pelos Estados Unidos da América do Norte, com o objetivo de promover governos mais transparentes e eficientes, e a promulgação da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), que tem o propósito de regulamentar o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas, alavancaram as iniciativas para a construção da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA).

A INDA é um conjunto de padrões, tecnologias, procedimentos e mecanismos de controle necessários para atender às condições de disseminação e compartilhamento de dados e informações públicas no modelo de Dados Abertos. O principal projeto da INDA é o Portal Brasileiro de Dados Abertos (https://dados.gov.br), que tem o objetivo de ser o ponto central para a publicação, a busca e o acesso de dados públicos no Brasil.

Para que essa arquitetura seja implementada conjuntamente por todos os órgãos do governo, é imprescindível a definição de padrões compartilhados e o alinhamento dos processos de publicação de dados na Internet, com a adoção de metodologias adequadas e boas práticas comuns, que garantam a conformidade com esses padrões e a efetividade das ações de transparência.

2.1. Cenário Institucional

O Arquivo Nacional, órgão central do Sistema de Gestão de Documentos ~~d~~e Arquivo (SIGA), da Administração Pública Federal, órgão específico singular da estrutura organizacional do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), diretamente subordinado ao Ministro de Estado, tem por finalidade implementar a política nacional de arquivos, definida pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) – órgão central do Sistema Nacional de Arquivos –, por meio da gestão, do

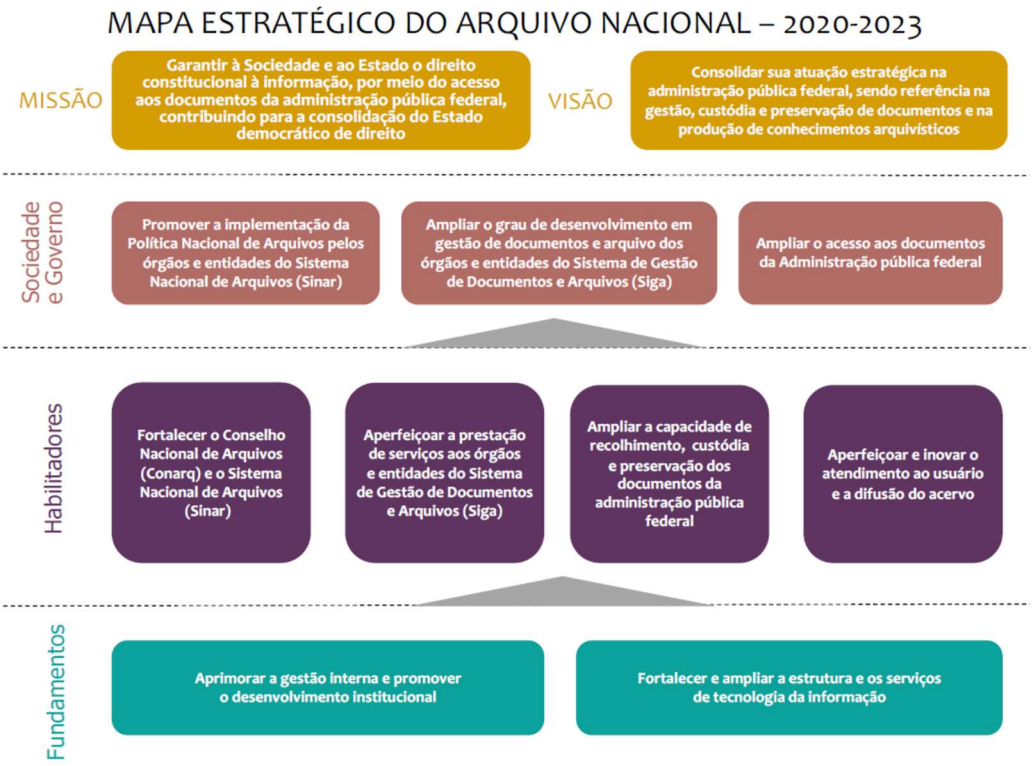
recolhimento, da custódia dos documentos, produzidos e recebidos pelo Poder Executivo Federal, com vistas a preservar e promover o acesso ao patrimônio documental do governo federal, sob sua guarda, garantindo pleno acesso à informação, visando apoiar as decisões governamentais de caráter político-administrativo, o cidadão na defesa de seus direitos e de incentivar a produção de conhecimento científico e cultural.

Com o objetivo de consolidar sua atuação estratégica na administração pública federal, preservando sua posição como órgão de referência na gestão de documentos, na custódia e preservação de acervos e na produção de conhecimento técnico-científico, foi elaborado o Plano Estratégico do Arquivo Nacional para os anos de 2020-2023.

Dentre as três estratégias principais que estruturam o Plano Estratégico do Arquivo Nacional para o período de 2020-2023, visando garantir o acesso às informações públicas de forma ágil e segura no âmbito de uma sociedade cada vez mais digital, a estratégia de ampliar o acesso aos documentos da administração pública federal reforça o posicionamento institucional e a maturidade dos instrumentos de gestão documental da instituição.

O Mapa Estratégico demonstra o alinhamento e contribuição do Plano de Dados Abertos (PDA), com a perspectiva de parceria entre “Sociedade e Governo”, e com o cumprimento da missão do Órgão.

Gráfico 1 – Mapa Estratégico do Arquivo Nacional – 2020-2023



Cabe ressaltar que a construção do atual planejamento estratégico do Arquivo Nacional foi fundamental para que se pudesse efetivar um diagnóstico da instituição, direcionar seus rumos e monitorar as suas ações. Trata-se de processo permanente e contínuo que possibilitará ampliar a racionalidade na tomada de decisões e a eficiência da alocação dos recursos organizacionais.

3. OBJETIVOS

Realizar a abertura de dados do Arquivo Nacional, baseando-se nos princípios da Administração e nas normativas que regem a matéria, com o propósito de estimular a disseminação de informações de interesse público. Com o fortalecimento da cultura de abertura de dados públicos procura-se desenvolver uma maior participação dos cidadãos na administração pública, além de fomentar o controle social das atividades governamentais e contribuir para a tomada de decisão dos gestores públicos.

Nos termos do art23 do Anexo XII da Portaria nº 02, de 28 de janeiro de 2022, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, o Plano de Dados Abertos do Arquivo Nacional está vinculado aos seguintes princípios e diretrizes:

a) Observância da publicidade das bases de dados como preceito geral e do sigilo como exceção;

b) Garantia de acesso irrestrito às bases de dados, as quais devem ser legíveis por máquina e estar disponíveis em formato aberto, nos termos da legislação;

c) Descrição das bases de dados, com informação suficiente para a compreensão de eventuais ressalvas quanto à sua qualidade e integridade;

d) Permissão irrestrita de reúso das bases de dados publicadas em formato aberto;

e) Completude e interoperabilidade das bases de dados, as quais devem ser disponibilizadas em sua forma primária, com o maior grau de granularidade possível, ou referenciar as bases primárias, quando disponibilizadas de forma agregada;

f) Atualização periódica, de forma a garantir a perenidade dos dados, a padronização de estruturas de informação e o valor dos dados à sociedade e atender às necessidades de seus usuários;

g) Designação clara do responsável pela publicação, atualização, evolução e manutenção de cada base de dado aberta, incluída a prestação de assistência quanto ao uso de dados e;

h) A utilização de linguagem cidadã.

3.1 Objetivos específicos

Conforme disposto no art. 26 da Portaria nº 02, de 28 de janeiro de 2022, o PDA do Arquivo Nacional deverá observar, como parâmetros, o grau de relevância dos dados para o cidadão; o estímulo ao controle social; a obrigatoriedade legal ou o compromisso assumido pelo Arquivo Nacional para a disponibilização de determinados dados; se o dado está relacionado a projetos estratégicos do governo; se o dado demonstra resultados diretos e efetivos dos serviços públicos disponibilizados ao cidadão pelo Estado; o potencial do dado de fomentar o desenvolvimento sustentável; a possibilidade de fomento a negócios na sociedade; e a identificação dos dados mais solicitados em transparência passiva desde o início da vigência da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação). A partir desses parâmetros, podemos elencar como objetivos específicos do PDA do Arquivo Nacional:

a) Facilitar o acesso às informações públicas produzidas no âmbito do AN;

b) Dar publicidade em formato aberto e padronizado;

c) Estimular a melhoria dos dados disponíveis;

d) Estabelecer uma política de dados abertos progressiva;

e) Divulgar as atividades do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos da Administração Pública Federal / SIGA; e

f) Divulgar as atividades do Conselho Nacional de Arquivos / CONARQ.

4. DEFINIÇÃO DOS DADOS A SEREM ABERTOS

A abertura de dados deve, sobretudo, ser instrumento apto a efetivar direitos e garantias vinculados aos princípios da publicidade e da transparência da administração pública. Para o estabelecimento das metas de abertura de dados e etapas de priorização foi utilizado como metodologia a produção de inventário das bases de dados produzidas pela Instituição, e que posteriormente, seguiram os seguintes critérios para sua publicação, em consonância com o disposto no art. 26 do Anexo XII da Portaria nº 02, de 28 de janeiro de 2022, do Ministério da Justiça e Segurança Pública:

- O grau de relevância e interesse público dessas informações/dados, levantados a partir de consulta pública, onde foram inseridos os dados que obtiverem mais de 45% de votos, e consulta às coordenações responsáveis pelos dados;
- Volume de demandas encaminhadas via Ouvidoria e e-SIC, bem com os setores e serviços mais procurados no portal institucional do Órgão;
- O alinhamento perante o Planejamento Estratégico Setorial do Arquivo Nacional (PES-AN) e o Plano de Tecnologia da Informação e da Comunicação-MJSP (PDTIC-MJSP);
- O nível de maturidade da organização das informações e dados produzidos pelo órgão; e
- O atendimento à legislação vigente referente a políticas públicas do Governo Federal.

Serão disponibilizados em formato aberto os dados consolidados e já estruturados, que reflitam as atividades em suas diversas áreas. Cabe ressaltar que, para além dos dados estipulados no plano de ação, a Instituição poderá disponibilizar outras informações que considere pertinentes ao longo do biênio, sobretudo a partir da identificação das informações mais requisitadas por seus usuários.

5. ESTRATÉGIAS PARA ABERTURA

A abertura de dados relacionados no PDA do Arquivo Nacional segue, de acordo com o disposto no inciso V do artigo 27 do Anexo XII da Portaria nº 02, de 28 de janeiro de 2022, e do art. 28 do mesmo anexo, os seguintes passos:

1. O levantamento de dados candidatos a serem elencados para a abertura;

2. Será avaliada, de acordo com o disposto no art. 36 da Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021, a possibilidade de disponibilizar em transparência ativa dados de pessoas físicas e jurídicas para fins de pesquisa acadêmica e de monitoramento e de avaliação de políticas públicas, desde que anonimizados antes de sua disponibilização quando os dados em questão forem protegidos por sigilo ou com restrição de acesso prevista;

3. Serão consideradas automaticamente passíveis de abertura as bases de dados que não contenham informações protegidas por lei;

4. Priorização e seleção dos dados que serão abertos;

5. Definição de responsáveis pelo preparo e atualização dos dados e detalhamento de plano de ação com metas e prazos;

6. Utilização de metodologia de abertura de dados a ser seguida pelas áreas responsáveis (padrões INDA e INDE);

7. Definição de arquitetura de abertura para cada sistema;

8. Publicização dos dados catalogados no Portal do Arquivo Nacional e no Portal Brasileiro de Dados Abertos;

9. Conjuntamente com as bases de dados abertas pelo Arquivo Nacional, serão disponibilizadas no portal institucional (https://www.gov.br/arquivonacional) *link* para as bases de dados e informações cuja abertura e publicização é obrigatória nos termos do §2º do art. 29 da Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021.

10. Os dados serão abertos nos prazos apresentados no Plano de ação.

11. Adicionalmente, será observado, no que couber, o disposto no art. 29 da Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021.

5.1 Premissas

O Arquivo Nacional manterá um repositório de dados disponível na Web sob sua supervisão. Além disso, estabelecerá procedimentos e normas para manutenção deste catálogo,

que terá um responsável do órgão encarregado por garantir a integridade, a disponibilidade e a autenticidade dos dados disponíveis neste repositório.

Devem ser garantidos os seguintes requisitos técnicos:

Controle de acesso: Somente as pessoas autorizadas devem ter acesso para publicação e modificação dos dados e metadados. Para tanto, serão utilizados mecanismos de autenticação (usuário e senha);

Integridade: estabelecimento de estratégias e mecanismos que assegurem que os dados não sejam adulterados durante a transferência;

Autenticidade: os dados devem prover de uma fonte legítima da instituição. Dessa forma, todo conjunto de dados precisa possuir uma URL contendo um domínio sob controle do Arquivo Nacional, e que termine em ". gov.br".

6. CATALOGAÇÃO NO PORTAL DE DADOS ABERTOS

O processo de catalogação no Portal de Dados Abertos (https://dados.gov.br) será feito diretamente pelas áreas relacionadas aos dados a serem abertos, a saber: Coordenação-Geral de Administração (COAD), Coordenação-Geral de Gestão de Documentos (COGED), Coordenação-Geral de Processamento e Preservação do Acervo (COPRA) e Coordenação-Geral de Consulta ao Acervo (COACE). As áreas contarão com o suporte direto da Coordenação de Tecnologia da Informação (COTIN). O cadastro dos mantenedores dos metadados no portal também ficará a cargo da COTIN.

7. SUSTENTAÇÃO

A Coordenação de Tecnologia da Informação (COTIN), o ponto focal do Arquivo Nacional no Serviço de Informação ao Cidadão do Ministério da Justiça e Segurança Pública (SIC-MJSP), e os pontos focais de dados abertos de cada área (coordenações-gerais do Arquivo Nacional) serão responsáveis, de acordo com suas respectivas competências, pela curadoria do conjunto de dados disponibilizados em dados abertos, bem como pela curadoria dos metadados dos dados publicados. Os pontos focais das áreas serão designados por portaria da Direção-Geral do Arquivo Nacional.

A curadoria compreende as seguintes atividades:

- Verificar, para efeitos de publicação, se os dados estão de acordo com os padrões da INDA e INDE (metadados atualizados contendo a descrição, contatos dos responsáveis pelas informações e dos outros metadados associados a cada conjunto de dados);
- Contatar o responsável pelos dados, caso se verifique que algum dos arquivos catalogados se tornou indisponível;
- Identificar e elaborar propostas para possíveis melhorias de qualidade dos dados disponibilizados e novos conjuntos de dados a serem publicados. As propostas deverão ser

construídas a partir da experiência do Serviço de Informação ao Cidadão do Arquivo Nacional com as demandas de informação pela sociedade.

8. MONITORAMENTO E CONTROLE

O Plano de Dados Abertos (PDA) terá coordenação, supervisão e acompanhamento do Comitê de Governança Interna do Arquivo Nacional (CGI/AN), previsto no inciso I do art. 4º da Portaria nº 176, de 22 de julho de 2020, do Arquivo Nacional.

O CGI/AN poderá indicar a necessidade de atualização de metas, prazos, indicadores e produtos previstos no PDA. Caberá também ao Comitê definir a priorização de ações a serem executadas para elaboração, seleção e publicação de dados do PDA do Arquivo Nacional.

O PDA terá acompanhamento técnico da Coordenação de Tecnologia da Informação (COTIN) e dos respectivos pontos focais das áreas responsáveis pelo conjunto de dados, que verificarão a acurácia e a qualidade dos dados publicados relativos às suas unidades. Os responsáveis serão nomeados por portarias da Direção-Geral, que serão divulgadas em conjunto com este PDA.

A COTIN terá, ainda, a responsabilidade do desenvolvimento de rotinas para extração de dados disponíveis em bases de dados, da publicação dos dados no site do AN e da publicação dos metadados no Portal Brasileiro de Dados.

Os canais de atendimento e relacionamento com usuários (Ouvidoria, Coordenação de Consultas ao Acervo – COCAC/ COACE, Assessoria de Comunicação e ponto focal junto ao Serviço de Informações ao Cidadão e/ou ao sistema Fala.BR) poderão recomendar novos conjuntos de dados candidatos à publicação, com base nos pedidos de acesso à informação, em cumprimento ao disposto no §2º do art. 30 do Anexo XII da Portaria nº 02 de 28 de janeiro~~março~~ de 2022, do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

8.1. Comunicação e Participação social

Toda a comunicação do Plano de Dados Abertos (PDA) do Arquivo Nacional (AN) será realizada via Internet. A institucionalização, a governança e as revisões do PDA serão publicadas no portal do Arquivo Nacional, sendo estimulada a participação ativa e rotineira dos servidores do órgão, bem como a recepção de críticas, sugestões e elogios por parte de seus usuários.

Uma vez que o Arquivo Nacional é o órgão responsável, no país, pela normatização, capacitação e orientação técnica sobre como produzir, usar, acessar e preservar as informações produzidas pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, o seu papel está intrinsecamente ligado à transparência pública, eficiência do Estado e preservação do patrimônio documental brasileiro. Dentro deste escopo, a transparência ativa da instituição e a participação social são de suma importância para o sucesso e o acesso pleno aos dados abertos.
As atualizações dos dados, a inserção de novos conjuntos de dados ou a alteração dos existentes, por algum motivo, devem ser divulgadas por meio de ações de comunicação, no portal e nas redes sociais do Arquivo Nacional, sob a coordenação e orientação da Assessoria de Comunicação Social - ASCOM.

Os materiais de divulgação devem utilizar linguagem cidadã, nos termos do inciso VIII do art. 23 do Anexo XII da Portaria nº 02, de 28 de janeiro de 2022, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e levar em conta os interesses e necessidades de diferentes segmentos de público (servidores do órgão, gestores públicos, produtores e usuários dos dados, sociedade acadêmica, imprensa, sociedade organizada e o cidadão não vinculado a organizações ou entidades específicas). Ressalta-se como de vital importância para o aprimoramento do PDA a possibilidade de diferentes segmentos de público poderem relatar problemas técnicos ou inconsistências nos dados publicados.

8.1.1 Consulta Pública

Com o objetivo de priorizar as bases de dados que serão publicadas e proporcionar a participação social quanto aos itens mais relevantes das bases de dados do AN, foi realizada Consulta Pública, nos termos do inciso IV do art. 27 da Portaria nº 02, de 28 de janeiro de 2022, do Ministério da Justiça e Segurança Pública. A ação proporcionou, sobretudo, o cumprimento dos princípios da publicidade e transparência da administração pública.

A Consulta Pública esteve aberta entre os dias 18 e 27 de dezembro de 2020, por meio de formulário disponibilizado no Google Forms. Todo processo de consulta pública foi amplamente divulgado nos seguintes canais:

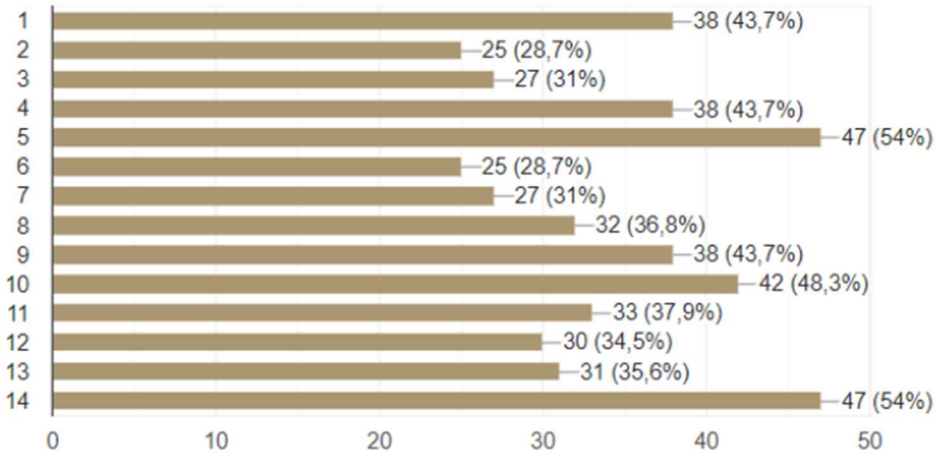
- Site do Arquivo Nacional: https://www.gov.br/arquivonacional ;
- Site do Ministério da Justiça e Segurança Pública: https://www.gov.br/mj;
- Página do Arquivo Nacional na rede social *Facebook*: https://www.facebook.com/arquivonacionalbrasil

Os participantes tiveram acesso ao Inventário de Bases de Dados do Arquivo Nacional e puderam manifestar suas escolhas com o preenchimento do referido formulário disponibilizado na plataforma Google Forms. A consulta pública contou com a participação de 88 (oitenta e oito) pessoas que indicaram quais bases de dados, constantes no inventário de bases do Arquivo Nacional, gostariam que fossem previstas para abertura no novo Plano de Dados Abertos do Arquivo Nacional. Os usuários puderam votar concomitantemente em quantas bases desejassem.

Tabela 1 – Inventário das bases de dados do Arquivo Nacional

Num.	Base de Dados	DADOS SENSÍVEIS	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL
1	SIAN	Sim - Cadastro de Usuários	Sistema de acesso às informações sobre o acervo custodiado pelo Arquivo Nacional, que também inclui os dados sobre a entrada de documentos no acervo.	COPRA COGED
2	CODEARQ	Não	Base de dados contendo o código previsto na NOBRADE, denominado Código de Entidade Custodiadora de Acervos Arquivísticos (CODEARQ), tornando possível a identificação de cada entidade custodiadora de acervos arquivísticos no Brasil.	COPRA
3	Acordos de Cooperação Técnica	Sim	Dados referentes aos acordos de cooperação técnica fimados com o Arquivo Nacional	COAD
4	Acervo Judiciário	Sim - Dados Históricos	Esta base de dados reúne os documentos judiciais provenientes de diversos órgãos do Poder Judiciário, englobando processos de habilitação para casamento, processos referentes a registros de nascimento, casamento e óbito, processos cíveis e comerciais pertencentes às Varas Cíveis, Varas Comerciais, Pretorias do Rio de Janeiro e Tribunais Superiores, bem como, processos das antigas coleções formada ao longo dos anos no Arquivo Nacional, como: Escravos, Terras, Inventários e Titulares.	COPRA
5	Entrada de Estrangeiros	Sim - Dados Históricos	Base de dados com informações de mais de duzentos mil imigrantes do período de 1875 a 1910.	COPRA
6	Orientações Técnicas - SOT	Não	Dados referentes às orientações técnicas prestadas sobre gestão de documentos pelo Arquivo Nacional	COGED
7	Contratos Vigentes	Sim	Dados referentes aos contratos vigentes	COAD
8	Familia Ferrez	Sim - Dados Históricos	Contem informações sobre o acervo documental de cerca de 40 mil itens acumulados e preservados ao longo de mais de 150 anos. Inclui os arquivos pessoais de Gilberto Ferrez, do seu pai, tio e avó, respectivamente, Júlio, Luciano e Marc Ferrez, além do arquivo da firma comercial que possuíam.	COPRA
9	Memórias Reveladas	Sim - Cadastro de Usuários	Banco de dados Memórias Reveladas reúne, de forma cooperativa, informações sobre o acervo arquivístico relacionado à repressão política no período 1964-1985, custodiado por diferentes entidades brasileiras.	Memórias Reveladas
10	Movimentação de Portugueses no Brasil	Sim - Dados Históricos	A base possui registros (entre 1808 -1842) e permite a busca das mais variadas informações, tais como: idade, estado civil, profissão, acompanhantes, locais de residência e moradia, destinos e características físicas.	COPRA
11	História da Holanda e holandeses no Brasil	Sim - Dados Históricos	O Guia de fontes para a história da Holanda e dos holandeses no Brasil é um projeto cooperativo multi-institucional, realizado com base no software ICA-AtoM.	COPRA
12	Ofício de Notas do RJ	Sim - Dados Históricos	Os registros da base de dados Ofícios de Notas dizem respeito às fichas produzidas na década de 1970 pela antiga Seção do Poder Judiciário do Arquivo Nacional. Esse trabalho não abrange o 6º, 9º, 13º e 17º Ofício de Notas do Rio de Janeiro, pois não foram recolhidos a esta instituição.	COPRA
13	Processos do STF	Sim - Dados Históricos	Esta base de dados recupera documentos provenientes da Casa da Suplicação do Brasil, do Supremo Tribunal de Justiça e, finalmente, do Supremo Tribunal Federal.	COPRA
14	SECOM	Sim - Dados Históricos	Base de Dados contendo informações dos processos recolhidos como Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores /MJNI(4T) referentes os anos de 1940 e 1959, atualmente denominado Serviço de Comunicações / SECOM(VV). Os processos desta mesma origem referentes aos anos de 1933 a 1939 ainda se encontram sob sua denominação original(4T) .	COPRA

Gráfico 2 – Resultado das bases mais votadas para abertura



Bases identificadas de 1-14 (ver Tabela 1). Votos totais e percentual respectivo.

A partir da comparação do inventário (Tabela 1) e dos resultados da votação (gráfico 2), a Consulta Pública indicou como bases preferenciais para a abertura de dados: 1) Entrada de Estrangeiros (54%); SECOM (54%); Movimentação de Portugueses no Brasil (48,3%); Acervo do Judiciário (43,7%); Memórias Reveladas (43,7); Sistema de Informações do Arquivo Nacional - SIAN (43,7%). O resultado da consulta influenciou decisivamente na definição das bases de dados que serão abertas pela instituição, conforme indicado no item 9 (Plano de Ação) deste PDA.

8.1.2 Solicitações de abertura de base de dados do Arquivo Nacional

Nos termos dos artigos 30 a 34 da Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021, qualquer pessoa poderá solicitar a abertura de bases de dados adicionais às selecionadas na consulta pública referida no item 8.1.1 deste PDA.

No requerimento de abertura de base de dados deverá constar os dados de contato do requerente e a especificação da base de dados requerida. O requerimento deve ser protocolado junto ao Arquivo Nacional através do Sistema Eletrônico de Informações (SEI-AN (https://sei.arquivonacional.gov.br/), ou via Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), FalaBR ou, ainda, por qualquer outra plataforma adequada de comunicação entre o cidadão e o Arquivo Nacional.

Os solicitantes podem, também, requerer que seus nomes sejam mantidos em sigilo durante a fase de análise do pedido.

O Comitê de Governança Interna do Arquivo Nacional (CGI/AN), previsto no inciso I do art. 4º da Portaria nº 176, de 22 de julho de 2020, do Arquivo Nacional, será competente para decidir sobre as solicitações de abertura de bases de dados.

O CGI/AN deverá considerar como automaticamente passíveis de abertura as bases de dados que não contenham informações protegidas por lei, nos termos do §6º do art. 30 da Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021.

A decisão do CGI/AN quanto à solicitação de abertura de base de dados será exarada em relatório fundamentado assinado, pela maioria simples dos membros do comitê, e encaminhado ao solicitante. Do relatório fundamentado constarão dentre outras informações, a identificação da base, os elementos de fato e de Direito utilizados na decisão e, ainda, caso a solicitação seja aprovada, o prazo de abertura da base de dados.

Na hipótese de decisão negativa de abertura de base de dados ou de prorrogação de prazo para tanto, e que tenha por fundamento a identificação de custos desproporcionais ou não previstos originalmente pelo órgão, deverá constar no relatório fundamentado análise técnica que conclua pela inviabilidade orçamentária da solicitação.

As solicitações de abertura de bases de dados serão elas próprias reunidas, pelo Arquivo Nacional, em base de dados pública.

Ao CGI/AN competirá, igualmente, comunicar a decisão às áreas responsáveis pelas bases de dados, para as providências cabíveis.

8.1.3 Comunicação

Para fins de política de comunicação institucional, o principal objetivo associado a esta iniciativa é dar publicidade às ações do PDA e aos dados abertos pelo Arquivo Nacional, estabelecendo canais de participação popular.

O cidadão poderá usar os canais de comunicação do AN (e-mail, portal e redes sociais) para informar sobre problemas técnicos ou inconsistências encontradas nos dados publicados. Eventuais inconsistências e erros identificados serão encaminhados à área responsável para resposta e solução, se for o caso. Os usuários também poderão fazer sugestões para o aperfeiçoamento do PDA.

Para fomentar a participação social e, em observância aos princípios da transparência e da publicidade, serão utilizadas as seguintes estratégias e ferramentas:

- Publicação no site www.dados.gov.br, conforme natureza do dado;
- Publicação de relatório anual, contendo estatísticas de consulta aos dados, uso das *Application Program Interface* (APIs) e acesso aos dados na fonte;
- Publicação de notícias e releases no site do Arquivo Nacional e divulgação nas redes sociais da instituição;
- Divulgação em outros espaços de divulgação, como as maratonas hackers, com o objetivo de identificar eventuais vulnerabilidades dos sistemas utilizados.

9. CRONOGRAMA DE ELABORAÇÃO E SUSTENTAÇÃO DO PDA

Ação	Responsáveis	Prazo/Meta
Definir pontos focais por áreas	Todas as áreas	21/10/20
Levantar todas as bases de todas as áreas do AN	Todas as áreas	28/01/21
Consolidar novo inventário	Grupo de Trabalho sobre Dados Abertos do Arquivo Nacional	29/04/21
Abrir consulta pública	Grupo de Trabalho sobre Dados Abertos do Arquivo Nacional	29/05/21
Priorizar bases de dados	Grupo de Trabalho sobre Dados Abertos do Arquivo Nacional	05/08/21
Definir cronograma de abertura	Grupo de Trabalho sobre Dados Abertos do Arquivo Nacional	30/09/21
Finalizar o texto do PDA	Grupo de Trabalho sobre Dados Abertos do Arquivo Nacional	20/10/21
Submeter à verificação prévia do MJSP e do Núcleo de Dados Abertos da Controladoria-Geral da União	Gabinete da Direção-Geral	30/10/2021
Ajustes de conformidade no PDA/AN conforme orientações do MJSP e Núcleo de Dados Abertos da Controladoria-Geral da União	Grupo de Trabalho sobre Dados Abertos do Arquivo Nacional	10/05/2022
Aprovar o PDA	Diretor-Geral do Arquivo Nacional e Comitê de Governança Interna do AN	16/08/22
Publicar o PDA	Assessoria de Comunicação Social	19/08/22

Publicar o relatório de execução	Gabinete da Direção-Geral	19/08/23
Conclusão do PDA	Gabinete da Direção-Geral	31/08/24

10. CRONOGRAMA DE ABERTURA DE BASES DE DADOS

Base de dados	Descrição da base	Dados em formato aberto	Frequência de atualização	Área Responsável	Contato do Responsável	Meta/Prazo
Contratos Vigentes	Base de dados com execução de contratos vigentes de compra e prestação de serviço do Arquivo Nacional	Número do processo, contrato, empresa contratada, objeto contratado, data e vigência e valor.	Semestral	Coordenação-Geral de Administração (COAD)	Renato Diniz renatodiniz@an.gov.br	ago/22
Acordos de Cooperação Técnica	Dados referentes aos acordos de cooperação técnica firmados com o Arquivo Nacional	Identificação das Entidades Celebrantes; Objeto do Acordo; Número de Processo; Data da autuação; Objeto do Acordo; Data e Plano de Trabalho; Número de processo; Data de autuação; interessados; e objeto do acordo.	Semestral	Coordenação-Geral de Administração (COAD)	Renato Diniz renatodiniz@an.gov.br	ago/22
Sistema de Informações do Arquivo Nacional - SIAN/RE GENT	Registro de entrada de documentos arquivísticos permanentes.	Número do Processo de Entrada de Acervo, Nome do Fundo/Coleção, Número de Registros de Entrada de Acervo, Data de Entrada do Acervo, Procedência do Acervo e Forma de Entrada do Acervo.	Semestral	Coordenação-Geral de Gestão de Documentos (COGED)	Paola Rodrigues Bittencourt paolabittencourt@an.gov.br	ago/22

Acervo Judiciário	Base de descrição dos documentos judiciais provenientes de diversos órgãos do Poder Judiciário. A base contempla os documentos provenientes da Casa da Suplicação do Brasil, do Supremo Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal que estão disponíveis na Base de Processos do STF.	Número de acessos à base de dados; Fundos/coleção; Ano inicial; Ano final; Seção; Série; Assuntos; Código referência	Semestral	Coordenação-Geral de Processamento Técnico e Preservação do Acervo (COPRA)	Bruna Sarieddine Barcelos bruna.barcelos@an.gov.br	ago/22
Entrada de Estrangeiros	Base de dados que reúne informações de imigrantes do período de 1875 a 1910.	Número de acessos à base de dados; Notação; Sobrenome; Porto de Embarque; Porto de chegada; Procedência; Destino; Data de chegada	Semestral	Coordenação-Geral de Processamento Técnico e Preservação do Acervo (COPRA)	Bruna Sarieddine Barcelos bruna.barcelos@an.gov.br	ago/22

11. CRONOGRAMA DE MECANISMOS PARA PROMOÇÃO, FOMENTO, USO, REÚSO DAS BASES

Ação	Descrição	Prazo	Unidade responsável	Servidor Responsável / Contato
Divulgação de notícia no portal e redes sociais do AN	Notícia sobre a aprovação e publicação do PDA	Agosto/2022	ASCOM	José Márcio Rangel / ascom@an.gov.br
Divulgação de notícia no portal e redes sociais do AN	Notícia sobre a abertura das primeiras bases	Agosto/2022	ASCOM	José Márcio Rangel / ascom@an.gov.br
Divulgação de cards nas redes sociais	Publicação de cards sobre a promoção do uso e reúso dos dados	Novembro/2022	ASCOM	José Márcio Rangel / ascom@an.gov.br
Divulgação de notícia no portal e nas redes sociais do AN	Notícia sobre a 1ª atualização dos dados abertos de cada base	Fevereiro/2023	ASCOM	José Márcio Rangel / ascom@an.gov.br
Divulgação de cards nas redes sociais	Publicação de cards sobre a promoção do uso e reúso dos dados	Março/2023	ASCOM	José Márcio Rangel / ascom@an.gov.br
Seminário de Dados Abertos	Seminário anual do AN no Open data Day	Março/2023	COPED	Letícia Grativol / coped.gabinete@an.gov.br
Divulgação de notícia no portal e redes sociais do AN	Notícia sobre a nova atualização dos dados abertos de cada base	Agosto/2023	ASCOM	José Márcio Rangel / ascom@an.gov.br
Divulgação de cards nas redes sociais	Publicação de cards sobre a promoção do uso e reúso dos dados	Outubro/2023	ASCOM	José Márcio Rangel / ascom@an.gov.br
Divulgação de notícia no portal e redes sociais do AN	Notícia sobre nova atualização dos dados abertos de cada base	Fevereiro/2024	ASCOM	José Márcio Rangel / ascom@an.gov.br
Divulgação de cards nas redes sociais	Publicação de cards sobre a promoção do uso e reúso dos dados	Maio/2024	ASCOM	José Márcio Rangel / ascom@an.gov.br
Divulgação de notícia no portal e redes sociais do AN	Notícia sobre a conclusão do Plano de Dados Abertos	Agosto/2024	ASCOM	José Márcio Rangel / ascom@an.gov.br